



CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA – CAP
PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
AV. ENGENHEIRO LEITE RIBEIRO, 782
FONE: (047) 3471-1277 / 3471-1200 - FAX (047) 3471-1211/ 1260
CEP - 89240-000 - SÃO FRANCISCO DO SUL – SC

**ATA DA 129ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE
AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE SÃO
FRANCISCO DO SUL REALIZADA AOS VINTE E UM DIAS
DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E OITO.**

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, às nove horas, no auditório da Associação Desportista Classista Bunge - ADCB, Município de São Francisco do Sul, presentes os *Conselheiros Titulares*: Marco Antônio Dechichi, Presidente do CAP/PSFS e Ruidemar Freire da Rocha, do Bloco do Poder Público; Paulo César Cortês Corsi e Fernando Amadeu da Rocha Cortez, do Bloco dos Operadores Portuários; Rosano Luiz Fernando Strozzi, Celso dos Santos e Oscar Schmidt Neto, do Bloco da Classe dos Trabalhadores Portuários; José Antonio Emilio e Milton Rodrigues de Camargo, do Bloco dos Usuários dos Serviços Portuários e Afins; *Conselheiros Suplentes*: Clóvis Correa Schwarz, Wilson Roque, Paulo José de Carvalho Felício, Jaqueline de Azevedo Gamper e Carlos Alberto de Oliveira Júnior. *Autoridades*: Hamilton Jorge da Gama Henrique (Capitão dos Portos de Santa Catarina), Alexandre Lopes Vianna (Capitão de Corveta da Capitania dos Portos de São Francisco do Sul), Roberto Wagner Nogueira (Comandante 10º Batalhão de Engenharia e Construção do Destacamento Içá-Mirim) e Daltro José Cardozo (Inspetor da Receita Federal de São Francisco do Sul).

Pauta: **1** – Abertura, verificação de presenças e aprovação da Ata da 128ª Reunião Ordinária; **2** - Formalização da homologação do reajuste tarifário do Porto, publicado no Diário Oficial da União em 08/01/2008, autorizado “ad referendum” pelo CAP, segundo a Deliberação nº 113/07 – XIV de 06/12/2007; **3** – Relato do senhor Paulo César Cortês Corsi – Presidente da APSFS; **4** – Assuntos Gerais; **5**- Encerramento.

Dando início à reunião, após a composição da mesa, o Presidente do CAP agradeceu a participação, o empenho e dedicação dos conselheiros e também dos usuários do Porto, pelo trabalho desenvolvido em 2007 e solicitou mais uma vez o apoio para o ano de 2008, lembrando que a eficiência do CAP se deve, fundamentalmente, ao empenho de todos e do Governo Federal, Estadual e Municipal e do Presidente do Porto. Agradeceu ao senhor José Antonio Emilio, da empresa Fertimport - Bunge, por ceder o auditório da Associação da Bunge e também disponibilizá-lo para as demais reuniões do CAP/PSFS e agradeceu também às autoridades presentes.

1 - A seguir, foi lida e aprovada sem ressalva, a Ata da 128ª Reunião Ordinária, realizada em seis de dezembro de 2007.

2 – Em continuidade, foram lidas, para conhecimento dos demais Conselheiros:

a) resolução nº 955 da ANTAQ, de 18/12/07, publicada no Diário Oficial da União de 08 de janeiro de 2008 – Aprova o reajuste tarifário do Porto de São Francisco do Sul. Gerou a Deliberação nº 114/08 de 01 de fevereiro de 2008 que homologou o reajuste tarifário do Porto de São Francisco do Sul, após ter sido homologado “ad referendum” em Deliberação de nº 113/07 de 06 de dezembro de 2007. Considerando o segmento Granel de Exportação, o índice será aplicado em duas etapas, da seguinte maneira: 50% (cinquenta por cento) na aprovação da tarifa e 50% (cinquenta por cento) após seis meses da aprovação da mesma;

O conselheiro Wilson Roque, representante dos Armadores, do Bloco dos Operadores Portuários, ressaltou a discordância dos Armadores quanto à questão do reajuste tarifário, justificando que não foram esgotados os estudos necessários para que o aumento fosse implementado. Solicitou também que como o reajuste será implementado em duas vezes, para um segmento, que o estenda para todos.

b) portaria nº 143, de 06 de dezembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União em 07 de dezembro de 2007, que no Inciso I, letra d, *reconduziu* Luiz Antônio de Matos (Suplente), ao Bloco dos Usuários dos Serviços Portuários e Afins, como representante dos Terminais Retroportuários. Nomeado e reconduzido ao Conselho de Autoridade Portuária (CAP) do Porto de São Francisco do Sul, por um período de dois anos a partir da data da publicação;

c) Ofício nº 43/2008, do Sindicato dos Estivadores e Trabalhadores em Estiva de Minérios de São Francisco do Sul, no qual apresenta a nova diretoria da entidade;



CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA – CAP
PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
AV. ENGENHEIRO LEITE RIBEIRO, 782
FONE: (047) 3471-1277 / 3471-1200 - FAX (047) 3471-1211/ 1260
CEP - 89240-000 - SÃO FRANCISCO DO SUL – SC

d) Ofício 002/08, da Centronave (Centro Nacional de Navegação Transatlântica), que solicita que os serviços de amarração sejam executados pelo Porto.

3 – Prosseguindo a reunião, o senhor Paulo Corsi explanou sobre as obras realizadas e as previstas no Porto de São Francisco do Sul. Sobre o berço 101, citou que se encontra na fase final de recuperação da sua estrutura, com previsão de conclusão para março de 2008, concluindo então todo o cais de seiscentos metros, recuperado e reforçado. Lembrou que o berço 101 possui ainda a etapa de reforço (para que no futuro, quando construído o berço 401-A, possa ser utilizado para carga geral), já prevista pelo Programa de Aceleração e Crescimento (PAC) em seu segundo estágio. Comentou sobre a conclusão da primeira etapa da drenagem da retaguarda do cais e sobre a dragagem, com projeto de quatorze metros de profundidade, incluindo derrocagem, orçado em noventa e cinco milhões de reais, já cadastrados no PAC e que em seu parecer é muito importante, pois visa receber navios de grande porte, que é a nova tendência de mercado. A previsão da Secretaria Especial de Portos é que esse edital saia em novembro do corrente ano, onde há um esforço para a antecipação desse processo. Falou também sobre o problema da licença ambiental em relação à dragagem, que o Porto não possuía pois estava inadimplente em relação ao IBAMA, com relação aos monitoramentos exigidos pela licença de operação, mas que durante o ano de 2007 conseguiu-se implementá-los, o que permitiu dar entrada no licenciamento. Também houve um complicador no meio do caminho, com a determinação judicial para que os licenciamentos futuros, como a da dragagem e execução do berço 401-A, sejam feitos pelo IBAMA, e não mais pela FATMA, como era anteriormente. Justificou suas diversas idas a Brasília para tratar desse caso junto ao IBAMA. Complementou, informando que até setembro do corrente ano, tem que ter em mãos a licença ambiental, para que a Secretaria de Portos possa publicar o edital em novembro e então iniciar os serviços de dragagem ainda este ano. Informou sobre o pedido no IBAMA, do licenciamento de caráter emergencial, para o calado de treze metros, configurando então como dragagem de manutenção, onde houve ajuda da Delegacia da Capitania dos Portos de São Francisco do Sul, e conseguiu-se convencer o IBAMA que é necessária a dragagem o quanto antes. Informou também que todas as providências estão sendo tomadas, tanto da parte técnica como da administrativa, para que todo o processo (licenciamento, licitação e a execução da obra para quatorze metros) aconteça no máximo até setembro e aproveitou para agradecer ao conjunto de operadores portuários que tem ajudado nesse processo. O segundo conjunto de investimentos do PAC totaliza duzentos e dez milhões de reais, que inclui: dragagem, a execução do realinhamento do berço 201, a obra do 401-A e a execução da pêra rodo-ferroviária, esta última precisando de um processo político-administrativo para ser encaminhado e aceito em uma segunda versão (revisão) do PAC, prevista no início do ano. Com relação às estatísticas, informou aos presentes que em 2007, o Porto bateu alguns recordes importantes, como: oitocentos e dezenove atracções de navios, contra setecentos e quarenta e sete em 2005; na movimentação geral contou com oito milhões e quatrocentos mil toneladas contra sete milhões e novecentos mil toneladas em 2005; na movimentação de granel bateu o recorde com quatro milhões e oitocentos mil toneladas e na movimentação de contêineres, com trezentos e treze mil toneladas.

O conselheiro Paulo Felício citou a necessidade da dragagem há dois anos atrás e perguntou se naquela época não teria como ter entrado com esse processo de licenciamento junto ao IBAMA.

O Presidente do Porto respondeu que sim, entretanto o Porto deveria manter, permanentemente, licenças e contratos para as questões ambientais essenciais e que por várias razões o Porto se tornou inadimplente, mas que ao longo de 2007 conseguiu-se regularizar, fazendo-se os monitoramentos exigidos pela licença de operação e elaborando os relatórios para o IBAMA, que aceitou o atraso mas impôs uma série de providências, como: prosseguimento nos monitoramentos, sondagens, batimetria e outros que fazem parte desse conjunto. Comentou que se as licenças tivessem em mãos, seria mais rápido as aplicações de recursos pelo Governo. O que se pretende agora é adiantar o processo para que se tenham soluções antes do mês de setembro.

O conselheiro Fernando Cortez perguntou se caso se consiga a licença emergencial de treze metros, há recursos ou os recursos virão do PAC.

O senhor Paulo Corsi respondeu que no momento não há recursos, pois se trata de no mínimo dez milhões de reais. O que se imagina é, em primeiro lugar obter a licença e em seguida ter uma gestão política junto à Secretaria de Portos, com o projeto e a licença em mãos, para que libere recursos já prometidos ao Porto.



CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA – CAP
PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
AV. ENGENHEIRO LEITE RIBEIRO, 782
FONE: (047) 3471-1277 / 3471-1200 - FAX (047) 3471-1211/ 1260
CEP - 89240-000 - SÃO FRANCISCO DO SUL – SC

Informou que já teve esse contato e que foi negado, restando portanto, ter a licença em mãos e preparar uma outra ação em que possam conversar com a Secretaria para que entendam que é possível tratar a dragagem de São Francisco em duas etapas, a primeira em treze metros, enquanto segue o projeto de quatorze metros. O problema é que dentro do Plano Nacional de Dragagem, que está homologado pela Casa Civil, a dragagem é para quatorze metros para o Porto, e os recursos para manutenção deveriam ser de responsabilidade do Porto.

O senhor Fernando Cortez perguntou se não há a probabilidade, de depois de feita a dragagem de treze metros, permanecer como está e não ser concluída a de quatorze metros.

O Presidente do Porto explicou que não, pois os quatorze metros estão credenciados na Casa Civil. Também há uma certa preocupação em cumprir a agenda do PAC. Explicou que se o Porto tivesse recursos próprios faria o processo emergencial de dragagem para treze metros e esperaria o recurso federal para completar o processo.

O Comandante Lopes Vianna acrescentou que é necessária a dragagem, pois os acidentes ocorrem com a falta de manutenção da dragagem e da sinalização náutica.

Em referência à sinalização, o senhor Paulo Corsi comentou que se o canal de acesso estiver melhor sinalizado, dará uma sobrevida, até que se possa fazer a dragagem. O Porto dispõe de quatro bóias sobressalentes e contando com o apoio da praticagem na indicação das posições, juntamente com a Capitania, as bóias serão colocadas na água. Infelizmente a coloração das bóias não corresponde à necessidade já identificada, pois precisa de trocas e pinturas, que em curto prazo devem estar sendo efetuadas e que de agora em diante o Porto estará fazendo a manutenção da sinalização permanentemente. Referindo-se à Laje da Cruz, comentou que foi feito um aditivo, com prazo final e último, para junho deste ano, mas com indicações da empresa, que poderá haver uma antecipação neste prazo.

O conselheiro Milton Camargo perguntou se em relação à determinação do Juiz Federal quanto ao licenciamento, existe alguma conduta diferente junto ao IBAMA e se a determinação é irrevogável.

O Presidente do Porto respondeu que não. O problema é a capacidade do IBAMA em atender a todo o processo, com equipe técnica reduzida e ainda assim ter que cuidar, com a mesma urgência, do Porto de São Francisco, como do de Santos, Rio de Janeiro e dos outros. E quando se trata de Porto, pela legislação brasileira, é do IBAMA a responsabilidade pelas licenças ambientais. O que existe favoravelmente é a orientação do Governo para que os projetos do PAC sejam implantados com prioridade, e que a Secretaria Especial de Portos vem acompanhando esse licenciamento junto ao IBAMA.

O conselheiro José Emilio perguntou se não existe a possibilidade de ser feita a manutenção da profundidade (calado), visto à morosidade no processo do licenciamento.

O senhor Paulo Corsi respondeu que não se consegue fazer nada sem a licença ambiental. A saída que se tem é a licença emergencial solicitada, que já está sendo analisada pelo IBAMA e que se pretende obter nas próximas semanas. Após então, tem que se buscar alternativas para obtenção dos recursos necessários.

4) Assuntos Gerais:

O Comandante da Capitania dos Portos de Santa Catarina, senhor Hamilton Jorge da Gama Henrique se desculpou pela sua ausência nas últimas reuniões do CAP, no período do verão, pois a Capitania encontrava-se muito preocupada com o movimento de barcos de passeio, jet-skis, etc., onde os problemas vieram do lado profissional que fazem parte das tarefas da Capitania. Teve-se um verão movimentado, no estado de Santa Catarina, no que diz respeito a acidentes de navegação, com quatro acidentes envolvendo pescadores, um envolvendo a barcaça da Norsul em São Francisco do Sul e outro envolvendo uma barca da Cidasc na cidade de Itajaí. Esclareceu que as notícias publicadas pela imprensa estão sendo verdadeiras no que diz respeito à notícia em si. Todas as informações solicitadas estão sendo atendidas e que em casos de acidentes de maior amplitude, somente no final do inquérito é que se pode dar melhores informações.

Prosseguindo a reunião, o Comandante do 10º Batalhão de Engenharia e Construção do Destacamento Içá-Mirim, senhor Roberto Wagner Nogueira, se apresentou e explicou que assumiu o comando do destacamento e também a



CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA – CAP
PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
AV. ENGENHEIRO LEITE RIBEIRO, 782
FONE: (047) 3471-1277 / 3471-1200 - FAX (047) 3471-1211/ 1260
CEP - 89240-000 - SÃO FRANCISCO DO SUL – SC

missão que o Capitão Ubirajara exercia. Destacou, mediante fotos, as obras que estão sendo realizadas no momento, no Porto de São Francisco do Sul, como: o término da 1ª etapa do asfaltamento na Avenida Engenheiro Leite Ribeiro e as fases da recuperação do berço 101, com prazo de conclusão próximo, citando ainda o próximo desafio que é o realinhamento do berço 201, onde já começou a mobilização e execução do canteiro de obras. Informou que as obras terão início do lado esquerdo para deixar livre o espaço do berço 103.

O Presidente do CAP agradeceu ao Comandante e solicitou que nas próximas reuniões, continuem as apresentações, para todos terem ciência e poderem acompanhar o desenvolvimento das obras que estão sendo realizadas no Porto.

Em relação ao ofício enviado pela Centronave, o Presidente do Porto, senhor Paulo César Côrtes Corsi, explicou que a Centronave, entidade que reúne parte dos armadores, encaminhou ao CAP o ofício, solicitando que o serviço de amarração fosse assumido ou pago pelo Porto, pois em 2003 recebeu uma resposta a esse pleito, pelo então Diretor do Porto, Arnaldo Santiago, que respondeu que o Porto havia saído da capatazia por se encontrar sem condições financeiras e consideraria tal proposta, nas próximas revisões tarifárias. Em resposta, o senhor Paulo Corsi explicou que o Porto não tem como assumir essa questão, pois teria que voltar a fazer o serviço de capatazia, e que além de não ter pessoal, não teria mecanismo contábil legal para assumir uma atividade que não realiza e também não teria como estruturar a volta dessa atividade, que por determinação do Ministério dos Transportes, todos os portos saíram da capatazia. Também acrescentou que na revisão tarifária essa questão não foi considerada. A proposta feita à ANTAQ detalhou todos os custos do Porto, com as estimativas de correção da luz, água e demais itens, não considerando portanto, a capatazia, por ser um serviço não assumido pelo Porto. Solicitou que o CAP encaminhe o ofício à Administração do Porto para que possa responder ao interessado.

O senhor Wilson Roque, que faz parte do Sindicato dos Armadores, no qual faz parte a Centronave, explicou que reiterou o pedido do Ofício devido ao reajuste da tarifa deste ano, e também em resposta à questão levantada pela senhora Jaqueline Gamper, que perguntou se houve alguma manifestação desta empresa dentro desse período de negociações da tarifa, informou que não. Relatou que este pleito foi retomado devido ao reajuste das tarifas, por isso se esperou ser homologado, para apresentar novamente o assunto.

O conselheiro Rosano Strozzi perguntou ao Presidente do Porto, quem faz esse serviço hoje. O Presidente do Porto respondeu que é empresa terceirizada.

O senhor Marco Dechichi informou, que segundo a APSFS, a solicitação da Centronave não poderá ser atendida. Esclareceu que o objetivo da Lei dos Portos, Artigo 33, é passar esse tipo de serviço (amarração, rebocador e praticagem) para a iniciativa privada. Também comunicou aos conselheiros, o contato tido com o senhor Marcelo Chagas (Coordenador-substituto de Obras Ferroviárias) onde solicitou uma apresentação do DNIT, para detalhar o projeto e a evolução da obra do desvio ferroviário, na próxima reunião do CAP. Outro contato tido para a próxima reunião também, foi com o senhor Eduardo Godoy, do IBAMA, setor de Coordenação do Bioma Costeiro Marinho, para apresentar o projeto da Reserva da Fauna da Baía de Babitonga. O senhor Eduardo já adiantou que com relação ao Porto, o canal de acesso, a bacia de evolução e as instalações portuárias, estão preservadas, isto é, fora da Reserva da Fauna da Baía da Babitonga.

O conselheiro Clóvis Schwartz explicou que a participação da Prefeitura, sobre a questão do desvio ferroviário, foi na fase do projeto, em função dos conflitos urbanos. Esse projeto existe, foi aprovado e dada a ordem de serviço para a empresa. A ordem de serviço foi suspensa por dois problemas: o primeiro foi um erro do DNIT que não fez o processo de desapropriação correr paralelo à licitação para execução da obra e o segundo foi a ação do Ministério Público pedindo a anulação da licitação por falta de pronunciamento da FUNAI. O DNIT então suspendeu a ordem de serviço. A parte de desapropriação das áreas está sendo ajustada e os acordos financeiros foram feitos, com exceção de um proprietário. Está previsto para o mês de março, um mutirão da justiça federal, cartório e DNIT, para o pagamento desses valores. Com relação à ação do Ministério Público, o processo estava sob análise da juíza federal, que não concedeu o pedido de liminar pedido pela promotora municipal que solicitava anulação da licitação e determinava que o município e o DNIT apresentassem o EIA/RIMA para o IBAMA. A FUNAI tem um prazo de noventa dias para se manifestar, caso contrário, o processo é dado como



CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA – CAP
PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
AV. ENGENHEIRO LEITE RIBEIRO, 782
FONE: (047) 3471-1277 / 3471-1200 - FAX (047) 3471-1211/ 1260
CEP - 89240-000 - SÃO FRANCISCO DO SUL – SC

encerrado com anuência positiva da FUNAI, não acatando portanto, o pedido de anulação do processo pela promotoria local.

O senhor Ângelo Pedroni perguntou se havia alguma novidade em relação à retirada da barcaça da Norsul, devido à restrição de manobras a um calado de nove metros e meio.

O Comandante Lopes Vianna explicou que esse acidente foi muito próximo ao canal de acesso, cerca de vinte a trinta metros. A passagem de navios naquele local compromete a segurança não só da equipe que está fazendo o resgate da embarcação, mas também a segurança das embarcações que estão entrando. Determinadas situações de ventos e correntes podem comprometer a segurança das embarcações que por ali passam. Então foram estabelecidos limites, de salvaguarda, até que a embarcação seja retirada. Concluiu, informando que cinco meses é o tempo para salvamento do navio, mas que estão trabalhando para que a retirada seja antecipada e a embarcação posicionada para um local mais seguro.

A conselheira Jaqueline Gamper perguntou ao senhor Paulo Corsi, se há previsão de novos contratos no Porto, pois o Porto de Itajaí está sendo bastante utilizado, devido à falta de navios para o Porto.

O Presidente do Porto respondeu afirmativamente, principalmente para o segmento contêineres. Informou que há ainda bastante espaço, dentro das limitações, e que haverá mais, com as reformas que estão sendo feitas. Lembrou também que o berço 302, do TESC, tem previsão para término este ano.

O senhor Milton Camargo sugeriu que seja demonstrado como os vários tipos de cargas remuneram a comunidade local.

5 – Nada mais havendo a tratar, o senhor Marco Antonio Dechichi agradeceu a presença de todos e das autoridades presentes. Agendou a próxima Reunião Ordinária do CAP para o dia 13 de março de 2008.

Esta ata foi lavrada pela Secretária do CAP, que a assinou e que, depois de lida e aprovada, será assinada também pelos Conselheiros presentes.

São Francisco do Sul, 21 de fevereiro de 2008.

Marco Antonio Dechichi
Presidente

Vanessa Costa de Freitas
Secretária

Conselheiros:

Ruidemar Freire da Rocha

Celso dos Santos

Paulo César Cortes Corsi

Oscar Schmidt Neto

Fernando A Rocha Cortez

José Antonio Emilio

Rosano Luiz F. Strozzi

Milton Rodrigues de Camargo